



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º 23/2009
REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2009

Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas dez horas a Câmara Municipal de Borba, com a presença dos senhores vereadores Artur João Rebola Pombeiro, Humberto Luís Russo Ratado, Joaquim José Serra Silva, sob a presidência do Senhor Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Faltou à reunião a Senhora vereadora Rosa Maria Basílio Véstia por se encontrar doente. A falta foi colocada à consideração do restante executivo que aceitou a justificação.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro -----

Esteve presente e foi distribuído o resumo de tesouraria do dia 17 de Novembro de 2009, que acusa um total de disponibilidades de **€1.720.910,18**(um milhão setecentos e vinte mil novecentos e dez euros e dezoito cêntimos).-----

---PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA---

-----Período de Intervenção do Público-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião cumprimentando todos os presentes.-----

Tratando-se de uma reunião pública, e uma vez estar bastante público presente, nomeadamente delegados sindicais, referiu ser sempre importante ver esta casa cheia, e é um enorme prazer quando se trata de delegados sindicais, recordando-se dos tempos em que também já foi delegado sindical.-----



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
<http://www.cm-borba.pt> - Contribuinte n.º 503 956 546

Como o Regimento da Câmara Municipal não prevê quando se deve estabelecer o período de intervenção do público, nem o tempo que esse período deve durar, o Senhor Presidente propôs ao executivo que o público presente faça já as suas intervenções, e que o período de intervenção não ultrapasse mais que sessenta minutos no máximo.-----

Nenhum dos presentes se opôs à proposta apresentada pelo Senhor Presidente, tendo ele passado a palavra aos presentes pedindo-lhes que se identifiquem sempre que iniciem as suas intervenções.-----

1ª Intervenção do Público – Foi dada a palavra ao Senhor António Moura Lopes referindo que vai ser breve na sua intervenção para que não vá interferir no tempo que foi dado pelo Senhor Presidente aos sindicalistas, porque o assunto que o trás aqui é outro completamente diferente, mas vai tentar apresentá-lo o mais breve possível.-----

Colocando a primeira questão ao Senhor Presidente perguntou qual o ponto da situação da ETAR da Nora.-----

Ainda sobre a ETAR referiu que pretende também informar o Senhor Presidente duma situação que provavelmente ainda não sabe que é a seguinte: estão a ser lançados naquela ETAR produtos vindos de outros concelhos, concretamente do concelho de Estremoz, o que se transformou numa preocupação acrescida para os moradores daquela zona. Pediu ao Senhor Presidente que tomasse as medidas necessárias, principalmente no decorrer da obra.-----

Referindo-se à última, questão que aqui o trás, perguntou ao Senhor Presidente se já foi encontrada alguma solução para o arranque da Zona Industrial do Alto dos Bacos.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente informando o Senhor António Moura Lopes que sobre o assunto “ETAR da Nora”, foi o mesmo debatido na última reunião de Câmara, na sequência da apresentação de uma proposta pelo Senhor vereador Joaquim Serra, e foi com alguma estranheza que, após terem sido tomadas diligências nessa reunião, viu um comunicado da Comissão Concelhia do PCP que referia mais ou menos o que tinha sido apresentado naquela proposta do vereador Joaquim Serra. Se na altura pensou que se tratava de uma preocupação ambiental, depois deste comunicado concluiu que se tratava também de uma preocupação política. Sublinhou que a uma questão ambiental responde duma maneira, a uma questão política responde doutra. Não pode deixar de dizer isto porque estas situações não são muito agradáveis, sobretudo quando a questão já tinha sido apresentada em reunião de Câmara e estava a ser tratada. Informou que no dia seguinte ao da última reunião de Câmara, ou seja, dia



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

05 de Novembro, durante a manhã os fiscais técnicos da autarquia deslocaram-se ao local, acompanhados pelo Senhor Moura Lopes, e elaboraram um “Relatório” sobre o assunto. De imediato o Senhor Presidente o leu em voz alta a todos tendo dado conhecimento do seu conteúdo. Tal relatório, na sua parte final, refere o seguinte: “...de referir que a execução da obra está a ser assegurada através dum sistema de “bypass” condição essencial e fundamental para a realização da mesma. Face ao exposto foi acordado entre as partes intervenientes o seguinte: 1º. execução das obras de limpeza e desobstrução da linha de água nas zonas consideradas mais críticas, as quais ficaram previamente definidas, tendo em especial atenção a zona junto ao “Monte dos Manchões”; 2º. Colocação e assentamento de manilhas em betão armado no local de passagem do caminho, sendo as mesmas posteriormente cobertas por uma camada de base agregado britado e tout-venant devidamente compactado regularizando assim a situação atrás mencionada; 3º. Aquando da execução das obras atrás referidas serão estes serviços contactados pelo empreiteiro da obra no sentido das mesmas serem acompanhadas por estes serviços”.

O Senhor Presidente realçou o facto do assunto ter sido tratado, no dia imediatamente a seguir ao dia em que foi apresentado e espera que o que ficou comprometido seja cumprido.

Referindo-se à questão que o Senhor Moura Lopes informou, sobre os dejectos que estão a ser lançados na ETAR vindos do concelho de Estremoz, referiu desconhecer completamente. No entanto, vai tomar diligências sobre o assunto a seguir a esta reunião.

No que concerne à última questão colocada pelo Senhor Moura Lopes sobre a Zona Industrial do Alto dos Bacos, informou que, tal como já foi dito numa reunião e Câmara, realizou-se uma reunião com a empresa ECO-SOROS sobre a questão da contratualização. Na próxima semana vai tentar contactar o senhor Secretário de Estado, no sentido de o sensibilizar para este assunto. Colocam-se, no entanto, duas questões que se prendem com a Parceria Público/Privada, ou seja, se a Zona Industrial do Alto dos Bacos for feita pelos dinheiros da contratualização o apoio é apenas de 50%. Se for feita através da candidatura ao QREN tem 75% de apoio. É uma questão que ele próprio não entende quando se trata da mesma obra. A Consultora Jurídica da autarquia também já reuniu com o Jurista da Associação de Municípios do Distrito de Évora para debaterem sobre este assunto e sabe que têm uma proposta para apresentar, mas pretende



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
<http://www.cm-borba.pt> - Contribuinte n.º 503 956 546

primeiro falar com o novo Secretário de Estado e isso, conforme atrás referiu, vai acontecer em princípio na próxima semana.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Moura Lopes e referiu que em relação à segunda questão, que colocou, resta-lhe agora aguardar por mais esclarecimentos. Quanto à primeira questão disse que o relatório da fiscalização da Câmara está correcto até certo ponto, ou seja: não concorda quando o mesmo refere que “o cheiro não é assim tão intenso”, talvez se justifique por ter estado pouco tempo no local. Ninguém melhor para avaliar esta questão que os que lá estão permanentemente. Informou ainda, que acabou de saber há pouco tempo, que as máquinas já estão a trabalhar no local e, certamente, a questão do escoamento vai melhorar. Contudo há uma questão importante, que é a dos “cheiros”, que devia ser resolvida, nem que fosse através de algum produto que fosse lá introduzido, no sentido de minimizar os cheiros. Não é técnico, mas os técnicos certamente sabem como resolver essa questão.-----

Seguidamente usou da palavra o senhor vereador Joaquim Serra para deixar algumas notas, nomeadamente: 1ª é vereador eleito pela CDU, proposto pelo PCP. Neste órgão executivo desempenha uma tarefa que é uma tarefa partidária de representar o PCP e os eleitores que acreditaram no seu projecto e trazer às reuniões de Câmara os assuntos que acha que devem ser tratados na defesa de melhoria das condições de vida das populações; 2ª mal seria que a actividade do PCP se esgotasse na actividade no seu eleito na Câmara, e que a Comissão Concelhia do PCP não pudesse, ou não devesse, tomar iniciativa de se manifestar contra aquilo que acha mal e, nomeadamente, apoiar reivindicações e lutas das populações de determinados locais. Relativamente ao assunto que tem estado a ser debatido, sobre a questão das descargas de efluentes nas linhas de água provenientes da ETAR da Nora, também lhe parece que não foi aqui falado sobre um abaixo-assinado, que foi apresentado por um conjunto de moradores no local, reivindicando que fossem tomadas medidas. Considera estranho também que, durante estes quinze dias que passaram desde a última reunião de Câmara, nada de concreto tenha sido feito a não ser a visita do fiscal da Câmara com o senhor Moura Lopes, que apontou para um conjunto de medidas a tomar e que, só hoje, passados quinze dias é que começaram a ser tomadas, por incrível que pareça na data de uma nova reunião de Câmara em que certamente o assunto viria a ser novamente debatido.-----

Ainda quando o Senhor Presidente refere se esta é uma questão ambiental ou política, no seu entender todas as questões ambientais são questões



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

políticas, ou seja, uma postura de estar perante o ambiente é também uma questão política, e há também os que estão mais preocupados e os que estão menos preocupados. A legitimidade que a Comissão Concelhia tem de fazer comunicados é total, a legitimidade que o vereador tem de trazer os assuntos à Câmara é indiscutível. O que lhe parece é que o Presidente da Câmara nunca pode dizer que dá mais importância às questões ambientais do que às questões políticas. A questão é a mesma, ou seja, é um problema da população, são as pessoas que lá estão permanentemente que sentem os cheiros e são elas que vão ficar com alguns prejuízos ambientais e, como tal, é um problema dos Borbenses e que a Câmara tem que resolver – independentemente de se ter dada a gestão das águas e resíduos à empresa Águas do Centro Alentejo, S.A., este é o nosso território somos nós que temos que tratar da sua salvaguarda.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente fazendo um reparo para o facto do comunicado da CDU não reflectir que o Senhor Presidente da Câmara, de imediato, tratou o assunto, ou que menos tentou tratar, já que o mesmo faz referência à proposta que o Senhor vereador apresentou na ultima reunião de Câmara.-----

Quando à questão ambiental e política talvez tenha sido mal interpretado, ou seja, sendo esta questão tratada como uma questão ambiental (mesmo sabendo que qualquer acto na vida é um acto político) foi tratado na hora, sendo uma questão política, também pode ser na hora, mas também tem que ter uma resposta política, e a resposta política teria que dizer muito mais coisas, sobretudo relativamente às Etar's, mas fica para outra oportunidade, ou para um comunicado.-----

Referiu ainda o Senhor Presidente que quanto ao relatório do Fiscal branqueou uma questão, ou seja, esqueceu-se de referir que de acordo com a legislação “a limpeza das ribeiras fora dos perímetros urbanos é da responsabilidade dos proprietários dos terrenos”. Portanto o que está a ser feito, neste momento, é um trabalho que não diz respeito nem à Câmara nem à empresa, diz apenas respeito aos proprietários dos terrenos. Sobre o assunto, informou que foi apresentada na Câmara, há cerca de dois anos, uma candidatura no sentido de limpar toda a ribeira de Rio de Moinhos desde a nascente abrangendo todo o espaço do perímetro urbano, com o objectivo de recuperar umas azenhas, que acabou por não ser aprovada, mas foi sempre uma preocupação, por parte da Câmara, a limpeza das ribeiras.-----

Relativamente à informação dada pelo Senhor Moura Lopes, sobre o lançamento de dejectos vindos do concelho de Estremoz, registei-a com



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

grande preocupação. Acontece que podem estar a fazer uma ETAR para Estremoz e descarregarem nesta. Contudo pode, eventualmente, acontecer que alguém, mesmo um particular, esteja a fazer esse trabalho desconhecendo (ou fazendo que desconhece) que aquela ETAR não está em funcionamento. Acrescentou achar estranho que isso aconteça, porque a vedação está feita, no entanto vai chamar a atenção da empresa, no sentido de deixar tudo sempre bem fechado, e vai tratar desta questão ainda hoje.---
Usou da palavra o Senhor Moura Lopes referindo que em relação ao que o Senhor Presidente disse “que a limpeza das ribeiras fora do perímetro urbano é da responsabilidade dos proprietários dos terrenos”, há que realçar que a Câmara tem sempre responsabilidades, nem que seja para obrigar os proprietários a limpar, a fiscalização a actuar, ou até substituir-se ao proprietário e apresentar-lhe a conta. De qualquer modo, pode dizer que está parcialmente satisfeito, porque vê que esta questão não está completamente parada. Ficou, no entanto, preocupado com as descargas doutro concelho numa ETAR que não está a funcionar, alertando para o facto de serem tomadas medidas no sentido de por fim tanto a esta questão, como à questão dos cheiros nauseabundos que estão a poluir toda aquela zona.-----

2ª Intervenção do Público – Foi dada a palavra ao Senhor José Correia, actual coordenador da Direcção Regional de Évora do STAL, referindo que estão nesta sala dirigentes e delegados sindicais da Direcção Regional e resolveram vir colocar um conjunto de questões, ao Senhor Presidente, que constituem preocupação dos trabalhadores do Município, e também do sindicato. “A nossa vinda prende-se, essencialmente, com a falta de diálogo social, que se tem assistido no Município, com a actual direcção que vai completar o segundo ano de mandato. Já no decorrer deste tempo, fizemos oito ou nove pedidos de reunião com a Câmara e nunca houve disponibilidade, por parte de Câmara, para receber a direcção regional do STAL, daí termos aproveitado a ocasião da reunião do STAL coincidir com a reunião pública da Câmara e virmos de viva voz colocar essas questões. Estranhámos, porque tendo o Senhor Presidente da Câmara sido dirigente sindical esperaríamos que tivesse tido disponibilidade para nos ter recebido e ter-nos dado a oportunidade de discutir um conjunto de questões que nos têm preocupado, que derivam das profundas alterações que a legislação sofreu para a Administração Pública desde 2008. Questões essas que entendemos serem importantes e que passo a colocar: 1ª – o mapa de pessoal do Município, actualmente em vigor. Solicitámos através de ofício que nos remetesse cópia do mapa de pessoal e a Câmara entendeu que não



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
<http://www.cm-borba.pt> - Contribuinte n.º 503 956 546

era obrigada por Lei, de facto não é. De 2008 para 2009 houve uma transição dos trabalhadores que viram alteradas as suas carreiras/categorias, que exemplifico: 1624 categorias que havia na Administração Pública passaram para apenas 3 (três) carreiras e 6 (seis) categorias, diluindo-se assim as carreiras dos operários altamente qualificados, semi-qualificados, etc., ficando todos na mesma categoria profissional. A Lei obrigava a publicitar o mapa de transições para além da notificação dos trabalhadores porque eventualmente poderia haver na transição alguma perda de direitos dos trabalhadores, nomeadamente, em relação à sua categoria, ou ainda em relação à relação jurídica de emprego, porque o vínculo de nomeação definitiva cessou com o regime de contrato de trabalho em funções públicas e passou a contrato por tempo indeterminado. Se na transição algum trabalhador tiver outra designação relativamente à relação jurídica de emprego temos aqui uma quebra do vínculo anterior e gostaríamos que o mapa de transições tivesse sido publicitado, como a Lei obriga, para que pudéssemos poder acompanhar essa questão e dar resposta a alguns trabalhadores de que a transição foi correctamente feita.-----

Outra questão que gostaria de apresentar prende-se com o Balanço Social da autarquia, uma vez que a autarquia é obrigada a enviar às entidades até dia 31 de Março de cada ano e às estruturas sindicais, que o solicitem, até 15 de Abril. Tivemos o cuidado de antes de 15 de Abril solicitar à Câmara o envio de cópia do Balanço Social, através de ofício, mas a Câmara até hoje não nos enviou cópia do Balanço Social, e este é um importante instrumento de análise e de intervenção relativamente a questões relacionadas com progressão e outras. Admito que, neste conjunto de alterações, haja um período de adaptação das Câmaras, mas que também haja algumas coisas que não são cumpridas de acordo com a Lei”.-----

Fez referência à importância destas questões face à magnitude destas alterações, desde categorias profissionais que se diluíram, até novas regras de progressão nas carreiras. Não conhecendo estes instrumentos, não conhecendo a situação dos trabalhadores, o sindicato tem extrema dificuldade em dar resposta às questões e é importante que a Câmara possa disponibilizar esta informação que a própria lei obriga a tornar público. A manter-se a falta de diálogo com o sindicato, preocupa-nos tendo em conta as questões que aí vêm, questões que todos os anos têm que ser discutidas e aprovadas, nomeadamente o mapa de pessoal para 2010. Como sabem a Lei acabou com os Quadros de Pessoal, criando o Mapa de Pessoal que se tornou um anexo do Orçamento Municipal. Este Mapa de Pessoal além de ter a designação de todos os postos de trabalho actualmente ocupados na



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

Câmara, ou daqueles que projecte vir a criar, tem que ter afectas, ao orçamento, as verbas necessárias para dar cumprimento às obrigações remuneratórias para com os trabalhadores, desde o pagamento regular com os trabalhadores que cá estão e também as remunerações que o próprio mapa de pessoal já deve prever, e que o orçamento deve afectar às verbas correspondentes para que ao longo do ano os concursos que decorram para que o orçamento municipal possa dar cobertura. Em Novembro é o mês que se vai elaborar o Mapa de Pessoal para 2010 e seria importante que da parte do Sindicato houvesse uma intervenção no sentido de poder propor à Câmara algumas situações de concursos de progressão de trabalhadores e verificarmos se a Câmara está, ou não, a contemplar essas situações. Durante o ano de 2008, ainda com a anterior legislação, aquilo que se verificou da parte da Câmara foi de facto um conjunto de reclassificações e de concursos de promoção. Era natural que aos trabalhadores em geral em Janeiro de 2009, a sua posição na nova tabela fosse melhor do que aquela que tinha sido em 2008, mas constatámos com alguma preocupação que nos concursos em 2008 não foram contemplados todos os lugares propostos pela Comissão Sindical no Caderno Reivindicativo entregue, ou seja, foram resolvidos apenas parte dos problemas e persistiram um conjunto de situações que, naturalmente resultam um prejuízo para os trabalhadores porque em Janeiro de 2009 podiam estar numa situação remuneratória diferente e ficaram estacionados na mesma posição.-----

A questão mais importante que aqui nos traz resulta numa das últimas comunicações que fizemos à Câmara e num abaixo-assinado subscrito por mais de uma centena de trabalhadores do Município valorizando por um lado o diálogo social e a necessidade de discutir com a Câmara este conjunto de questões, mas por outro lado valorizando bastante o exercício de opção gestonária por parte da Câmara.-----

Com a conjugação da Lei n.º.12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e do Decreto-Lei n.º.209/2009, de 03 de Setembro, há um conjunto muito grande de preocupações, mas vamo-nos centrar naquilo que é a nova tabela remuneratória que em 2009 substituiu as anteriores tabelas por carreira, criando assim uma tabela única, e esta tabela única tem posições remuneratórias. A única regra de progressão dos trabalhadores, com esta nova tabela, tem a ver com a aplicação da avaliação de desempenho, neste caso o SIADAP. O papel do sindicato não é fiscalizar, porque para isso há organismos competentes à aplicação ao novo SIADAP. Temos uma posição de princípio contra o SIADAP que, muitas das vezes, é um instrumento discricionário, muitas das vezes repressivo e é feito com uma



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
<http://www.cm-borba.pt> - Contribuinte n.º 503 956 546

única finalidade que é impedir os trabalhadores de progredirem como progrediam anteriormente (de 3 em 3 e de 4 em 4 anos com os escalões). A Câmara deveria ter feito um despacho até 15 de Janeiro, que não fez, sobre a mudança de posição obrigatória, ou seja, quando se acumular dez (10) pontos através do SIADAP. No mínimo 75% dos trabalhadores de cada Câmara têm apenas um (1) ponto, não falando do vice-coordenador da direcção regional deste sindicato, trabalhador da Câmara Municipal de Borba, que nem isso teve, nem essas condições vai ter, ou seja, vai ter que demorar mais de 10 anos para poder subir de um nível para o outro. Estas regras foram feitas sem qualquer tipo de contrapartida com o único propósito de impedir a esmagadora maioria dos trabalhadores de progredirem, podendo mesmo dizer, grosso modo, a esmagadora maioria dos trabalhadores ficou com a situação de progressão na carreira congelada e a Lei faculta a possibilidade, através do art.º 46º, de haver um mecanismo que sendo pior para os trabalhadores do que era até 2008, apesar de tudo é bastante mais vantajoso do que a regra comum da mudança de posição obrigatória dos dez (10) pontos, que é através do exercício de opção gestionária que a partir da publicação do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, alterou essa delegação de competências, ou seja, não é por despacho do Presidente mas do órgão executivo a competência de exercer opção gestionária.-----

O abaixo-assinado que entregámos era uma posição dos trabalhadores e da direcção que, em grande medida, têm resolvido na maior parte das Câmaras, em que a Câmara exerce opção gestionária que assegura a mudança de posição remuneratória de todos os trabalhadores que tenham cinco (5) anos consecutivos e um (1) ponto na avaliação, ou três (3) anos consecutivos com (2) pontos como avaliação mínima, ou dois (2) anos consecutivos e três (3) pontos como avaliação. Tendo em conta que os próprios escalões foram congelados em 29 de Agosto de 2005, os trabalhadores antigos que tinham as carreiras horizontais ficaram impedidos de progredir dentro dos escalões porque o Governo os congelou, ou seja, esta forma de progressão acabou. Tendo ainda em conta a perda do poder de compra, durante nove anos; tendo em conta a não resolução de situações durante o ano de 2008 que poderiam permitir amenizar os efeitos desta Lei já em 2009, achamos que é de inteira justiça que a Câmara exerça uma opção prevista na Lei. Neste momento a nível nacional já temos mais de metade das autarquias que fizeram despachos e está em aplicação em 2009 uma opção gestionária, porque este conjunto de situações na prática acarreta grandes prejuízos para os trabalhadores relativamente ao futuro e



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

relativamente ao presente. O exercício de opção gestonária permitiria de imediato, na Câmara de Borba, que os trabalhadores que mais anos têm a sua situação por resolver, ou por não ter havido concurso, ou por não subirem pelos escalões e essa forma ter sido congelada, poderiam através da opção gestonária ter aqui um mecanismo de aplicação de um critério de justiça, sobretudo os trabalhadores do sector operário, sendo estes os que estão em maior número dos que estão integrados nas carreiras horizontais e existem trabalhadores a trabalhar há mais de vinte anos em autarquias a ganhar quinhentos e tal euros – salários extremamente baixos que não são motivadores e que, naturalmente, com as dificuldades económicas dos dias de hoje colocam grandes problemas em relação ao poder aquisitivo desses trabalhadores. Achamos, por isso, tratar-se de um mecanismo de inteira justiça que permitira suprir este conjunto de questões dos últimos quatro ou cinco anos e que em 2009 iria possibilitar que alguns trabalhadores pudessem subir de um nível para o outro, não representando isso um encargo muito grande para a Câmara uma vez que, de forma mais ou menos irregular, têm decorrido concursos, têm decorrido reclassificações, e aqui falamos dos trabalhadores que não sobem desde 2004. A aprovação pelo executivo da opção gestonária, que está previsto na Lei, é o mecanismo mais favorável porque permite que os trabalhadores que estão na mesma situação há mais anos, possam ter uma possibilidade de subir de uma posição para outra.-----

Seguidamente interveio o Senhor Presidente e referiu que a sua intervenção é apenas para reflexão. Começou por dizer que o sindicato tem toda a legitimidade para reivindicar e acha bem que reivindique. Realçou o facto de ter o pelouro dos recursos humanos há oito anos e sempre houve diálogo com o sindicato, provavelmente terá parado há cerca de dois anos. Se durante seis anos houve diálogo, e há dois anos deixou de haver, algo se passou, isto é para reflectir. Quanto à questão do abaixo-assinado – disse reagir sempre ao contrário aos abaixo-assinados, isto é, quando recebe abaixo-assinados no sentido de pressionar é quando bloqueia completamente e nem sequer conversa. “Comigo os abaixo-assinados funcionam ao contrário e quando é para tomar uma decisão normalmente tomo a decisão contrária”. Ainda em relação ao abaixo-assinado quero frisar o seguinte: “se o abaixo-assinado tivesse vindo assinado pelas pessoas que, eventualmente, estão com alguns problemas, teria tido outra atenção, mas quando vejo o abaixo-assinado onde assinam funcionários dos POC’s, rendimentos mínimos, contratados, etc., é diferente. Sou pelo diálogo, mas para haver diálogo entre duas pessoas é preciso que as duas



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

queiram conversar. Quando em determinadas situações são tomadas posições, até à margem do sindicato (e embora sempre tenha tido grande consideração pelos sindicatos) mas há pessoas dentro dos sindicatos que enfim... em todos eles, como nas Câmaras, como nos executivos, como em todo o lado... há pessoas boas e há pessoas más, há pessoas com quem se consegue falar e há outras com quem não se consegue, há umas que são boas e outras não prestam. Quando em determinadas situações são tomadas determinadas posições que não são posições estritamente relacionadas com o sindicato mas misturam sindicato com outras questões, nomeadamente, políticas de oposição ao poder instituído, as coisas não correm bem. Como referi no princípio desta intervenção, é apenas para reflexão e não é aqui que vou responder a qualquer das questões que me foram colocadas. “Apenas quero dizer que nunca me neguei ao diálogo com ninguém, apenas adiei algumas decisões de há um ano para cá e, volto a dizer que, há Câmaras que também não dialogavam e agora passaram a dialogar, como por exemplo, o seu ex-colega não era recebido pela Câmara de Mora (que por acaso até eram da mesma cor política) e pergunte-lhe porquê. Eu falo, mas falo com quem sabe falar comigo – com isto não estou a dizer que o Senhor não sabe. Enquanto Presidente da Câmara, falo com quem entendo que devo falar. Em relação à opção gestionária, já foram tomadas algumas decisões, nomeadamente em relação ao serviço de pessoal, para ser feito um levantamento da opção gestionária, e essa informação já foi dada ao sindicato através de ofício.-----

Como pode ver não houve diálogo, mas houve decisões internas nesse sentido. Pode tomar nota do meu número de telemóvel, e quando quiser reunir comigo, diga-me quem são as pessoas que vêm reunir. Volto a dizer que questões sindicais são uma coisa, questões políticas são outra, não quer dizer que não haja questões políticas subjacentes, mas “afrota” política é uma coisa e só admito quando também há um debate político”.-----

Usou da palavra o Senhor José Correia para tentar clarificar dois ou três pontos. “1º. A postura desta direcção regional, eleita há quase dois anos, resultou de eleições, houve duas listas, ganhou uma, outra perdeu, como é óbvio. No dia seguinte quem ganhou entrou em funções, fomos nós, e sempre procuramos dar resposta às situações, sendo que nunca seremos acusados, em concreto, de ter um tratamento diferenciado de autarquia para autarquia, ninguém nos pode acusar disso. O processo de resolução da aplicação da Lei 12-A/2009 foi feito de acordo com circulares que saíram do sindicato a pedir reuniões, a manifestar um conjunto de preocupações, e a Câmara tem muita correspondência enviada pelo sindicato, em que o



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

sindicato manifesta um conjunto de preocupações anteriores à aplicação da Lei. Depois no decorrer da Lei foram outras questões, nomeadamente, a opção gestionária. 2º. A actividade sindical é naturalmente uma actividade política, porque se trata de intervir politicamente para resolver uma coisa que são os direitos dos trabalhadores em todos os locais de trabalho. Nós não temos nenhuma cor política – temos pessoas na direcção do sindicato que são filiadas num partido, temos outras que são noutra, e temos a maioria que nem sequer é filiada em partido nenhum. A conotação, cada um dá a que entender, como é óbvio, mas naturalmente o presidente da Câmara de Borba também é filiado num partido político, e se isso o condiciona de alguma forma a nós não, porque o tratamento com as autarquias foi igual e continuará a ser igual. Já que falamos em cor política, posso dizer que a primeira Câmara do Distrito a exercer a opção gestionária e a pagar foi uma Câmara do Partido Socialista”.

Pedindo desculpa o Senhor Presidente da Câmara interrompeu e disse que isto é a prova de que realmente dentro do Partido Socialista não há obrigatoriedade de todos tomarem a mesma decisão.

Continuando a sua intervenção o Senhor José Correia realçou que esta questão é transversal, continua a ser discutida Câmara a Câmara e naturalmente há autarcas que têm um entendimento, outros têm outro, há outros que se esforçam mais, outros que se esforçam menos – o papel do sindicato é activar o mecanismo que a Lei prevê que permite beneficiar os trabalhadores do distrito no seu conjunto. É natural que nas Câmaras, como não temos esta situação resolvida que apliquemos os nossos esforços no sentido de sensibilizar o órgão, que no caso foi o órgão Câmara, porque não foi possível chegar à fala com o Presidente – não sei se nos coloca naquele grupo dos que não prestam?

O Senhor Presidente voltou a interromper e disse ao Senhor José Correia que o que ele disse há pouco foi que em qualquer grupo há pessoas que são boas e há pessoas que não prestam.

Voltando à sua intervenção o Senhor José Correia referiu que o Senhor Presidente tem poucas razões para comprovar isso. Não sabe que tipo e posições é que se refere em relação ao STAL. Há um abaixo-assinado, um conjunto de ofícios, se a Câmara colocar alguma questão que sintam que o sindicato está a extrapolar as suas funções e o seu âmbito de intervenção, a Câmara naturalmente que diga. Contudo seria importante concretizar numa reunião que eventualmente possamos vir a ter, mas não me parece que há qualquer razão relativamente a isso. Se a Câmara coloca como base para reflexão porque é que a Câmara deixou de falar com o Sindicato – não



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
<http://www.cm-borba.pt> - Contribuinte n.º 503 956 546

encontro nenhuma pista para reflectir porque nunca houve, com esta direcção regional, nenhum problema com a Câmara de Borba, houve pedidos de reunião, houve posições do sindicato que são idênticas em todas as Câmaras, de forma correcta, a colocar a sua preocupação na resolução concreta de questões dos trabalhadores e que nos colocam uma grande apreensão porque esta Lei é muito nefasta para os trabalhadores e a não serem exercidos mecanismos de amenização do impacto desta Lei a maioria deles vão ter a sua progressão congelada e temos aqui um problema complicado.-----

Usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra, referindo ter ficado sensibilizado com as posições que foram aqui trazidas pela direcção regional do STAL. Foram aqui levantadas um conjunto de situações que é importante que a própria Câmara venha a reflectir sobre elas, nomeadamente, a questão do relacionamento entre a Câmara Municipal, neste caso na pessoa do Senhor Presidente, com a Direcção do Sindicato (também deixo para reflexão). É preciso que não nos afastemos do sentido institucional das coisas, e parece-me que nos estamos a afastar, isto é, o Senhor Presidente pode e deve decidir na Câmara quem reúne com o STAL, mas a direcção do STAL tem toda a legitimidade para decidir quem reúne com o Presidente da Câmara, e nem deve ter que informar o Senhor Presidente quem vem, pois poderão vir os trabalhadores que foram eleitos por outros trabalhadores a quem reconheceram capacidade para os representar, e é assim que as instituições se relacionam. Quanto à questão do diálogo, concordo que seja feito quando haja vontade de conversar, mas parece-me que neste caso o STAL tem tido mais vontade de conversar com a Câmara do que a Câmara tem tido de conversar com o STAL, porque pelo que foi aqui dito foram feitos uma série de pedidos de reuniões os quais não obtiveram resposta. Se existem problemas penso que devem ser clarificados e não devem ficar nestas suposições, se há respostas que a Câmara deveria ter dado e não deu, se há elementos que deveriam ter sido facultados e não foram, outros que deveriam ter sido divulgados e não foram, e aparece agora um conjunto de reivindicações, é preciso que a Câmara também venha a ponderar e a reflectir sobre elas. Manifesto aqui a minha disponibilidade, para aquilo que for possível e necessário, no sentido de dentro do órgão a que pertença possa também influenciar na melhoria do relacionamento da Câmara com o STAL, e no respeito mútuo pelas posições e pelos papéis de cada um nestes debates e também para poder ajudar na concretização prática de algumas daquelas que são as medidas apresentadas pelo Sindicato.-----



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

Foi dada a palavra a uma senhora, que não disse o nome, identificando-se como delegada sindical da Câmara Municipal de Vila Viçosa. Disse ter ouvido uma coisa que a deixou surpreendida: “onde é que se mistura cor política com comissões sindicais que estão a defender todos os trabalhadores. De certeza que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Borba não me vai dizer que todos os funcionários desta autarquia são da sua cor política, nesse caso teriam que existir duas comissões sindicais - uma para defender os de um lado, outra para defender os do outro. Acho que uma comissão sindical, independentemente da cor política, deve defender todos os trabalhadores da autarquia. Nunca as cores políticas se deveriam misturar com comissões sindicais, porque são todos os trabalhadores que elegem essa comissão sindical. Assim continua toda a vida a haver pretos e brancos o que não devia ser legal. Um bom executivo de qualquer autarquia trabalha com todos os trabalhadores independentemente da cor política.-----

Usou da palavra o Senhor Presidente que referiu concordar plenamente com a delegada sindical.-----

Usou ainda da palavra o Senhor José Correia referindo que a comissão sindical veio aqui para falar de viva voz com o executivo. Agora o passo seguinte é o de informar os trabalhadores da perspectiva que está, ou pode vir a ser, colocada pelo executivo. Gostaria de ter alguma resposta da Câmara em relação ao que está a ser feito em relação ao exercício da opção gestonária para 2009. Assumimos o compromisso, no decorrer do abaixo-assinado, de informar à posterior os trabalhadores do que eventualmente se verificasse.-----

O Senhor Presidente informou o Senhor José Correia que já obteve essa resposta há pouco, ou seja, está a ser feito um levantamento pela secção de recursos humanos sobre essa questão.-----

O Senhor José Correia chamou a atenção que este assunto já deixou de ser uma competência do Presidente e passou a ser do executivo.-----

O Senhor José Correia finalizou a sua intervenção referindo que fica ao dispor da Câmara para qualquer dúvida ou qualquer esclarecimento que resulte dos critérios de aplicação da opção gestonária. Agora vamos informar os trabalhadores que a Câmara vai decidir em relação ao assunto.-

O Senhor Presidente finalizou agradecendo a presença de todos.-----

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

Neste ponto o Senhor Presidente começou por informar que a Rádio Borba foi assaltada e foi roubado o equipamento de emissão. O caso já foi



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

comunicado à GNR e voltamos a pressionar no sentido de tomarem medidas.-----

Seguidamente usou da palavra o Senhor vereador Joaquim Serra voltando a abordar a questão que foi debatida no período de intervenção do Público, entre o Senhor Presidente e o Senhor Moura Lopes, sobre a ETAR da Nora e sobre as providências que foram tidas. Embora o assunto já tenha sido debatido mas voltou a abordá-lo porque, desde que apresentou o assunto na última reunião de Câmara, nunca mais foi informado sobre o desenrolar da situação. Considera que as pessoas residentes no local, na altura, também deveriam ter tido uma informação em relação ao que se estava a fazer. As empresas quando vêm intervir neste tipo de obras, que já sabem à partida os danos que vão causar devem no mínimo, ter essa atenção para com as pessoas.-----

O Senhor Presidente informou o senhor vereador Joaquim Serra que não respondeu ao abaixo-assinado porque envolvia media dúzia de pessoas, no qual o Senhor Moura Lopes estava envolvido, e não trazia endereço nenhum para poder enviar uma resposta. Tendo sido o Senhor Moura Lopes a acompanhar este processo, parti de um princípio que tinha tido conhecimento da situação. Se não o teve devia-o ter tido, porque sendo ele que acompanhou a fiscalização ao local, como é óbvio, pensei que tinha tido conhecimento do relatório sobre o que tinha ficado acordado. Quanto à não informação ao vereador Serra, como hoje se realizava a reunião, certamente o assunto era aqui falado.-----

Contudo, o que me parece é que aquilo que lá corria era mais ou menos aquilo que corre, com uma diferença é que agora está em “by-passe” e as lamas ficavam depositadas na lagoa que também não funcionava. Contudo os trabalhos foram acelerados e penso que se vão resolver rapidamente. Neste momento, o que mais me preocupa é realmente a questão dos produtos que estão lá a ser depositados, e que vêm de outro concelho, mas essa questão vai já ser tratada.-----

-----PONTO 2. ORDEM DO DIA-----

A Ordem do dia foi a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº.22/2009-----

Ponto 2.2 – Aprovação de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a estabelecer entre a Câmara Municipal de Borba e o Sport Clube Borbense-----



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

Ponto 2.3 – Ratificação de Despacho-----

Ponto 2.4 – Abertura de Procedimentos Concurrais:-----

a) Cinco assistentes operacionais (sapadores florestais) pelo período de 5 anos-----

b) Um técnico superior (Sociologia) pelo período de 3 anos-----

Ponto 2.5 – Alteração ao regulamento das Feiras do Município de Borba – remessa para aprovação da Assembleia Municipal, depois de decorrido o período de discussão pública-----

Ponto 2.6 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA N.º.22/2009 -----

Previamente distribuída por todo o executivo, e após terem sido introduzidas algumas correcções, **foi aprovada por maioria, com três votos a favor e uma abstenção, a acta n.º. 22/2009.** Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores vereadores Humberto Luís Russo Ratado e Joaquim José Serra Silva. Absteve-se o Senhor vereador Artur João Rebola Pombeiro por não ter participado na reunião.-----

PONTO 2.2 – APROVAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A ESTABELECEM ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA E O SPORT CLUBE BORBENSE-----

Previamente distribuído por todo o executivo **esteve presente o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a estabelecer entre o Município de Borba e o Sport Clube Borbense,** que tem por objectivo compartilhar e apoiar técnica, material e financeiramente, as actividades desenvolvidas pelo Clube, **que deverá ser analisado e aprovado.**-----

O vereador Humberto Ratado começou por informar que após reunião com a Direcção do Clube chegaram a acordo e à elaboração de mais um Contrato-Programa para a época 2009/2010, sendo que segue muito a linha daquilo que tem sido habitual.-----

Entretanto o vereador Joaquim Serra pediu que lhe fosse explicado quais são as alterações deste protocolo em relação ao do ano anterior. O vereador Humberto Ratado informou sobre essas alterações e, por sugestão do vereador Joaquim Serra, acordaram fazer uma correcção ao ponto 11 da cláusula 3ª. para onde se lê “... fazer face às despesas com as deslocações...



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

a CMB atribui um desconto de 25% do valor das facturas...” passar a ler-se em vez de “desconto” “comparticipação”, pois o regulamento de cedência e utilização das viaturas municipais não prevê a figura do desconto e o contrato não pode contrariar o regulamento. Tendo havido consenso entre todos o Contrato-Programa foi corrigido de imediato.-----
Seguidamente o Senhor Presidente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação. Contudo o Senhor vereador Joaquim Serra, com base naquilo que foi a apreciação feita ao Contrato-Programa, sugeriu que em Contratos-Programa futuros se veja se os pagamentos constantes no n.º.2 da cláusula 3ª e no n.º.3 da cláusula 3ª podem ter o mesmo tratamento que os pagamentos constantes da cláusula 4ª, porque não faz sentido que o Clube tenha uma participação da Câmara para pagar as inscrições dos atletas no início da época, e que no final da época ainda não tenha recebido a participação.-----
Ficará cópia do referido documento arquivado em pasta anexa como documento n.º.1.-----

PONTO 2.3 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

Previamente distribuído por todo o executivo, esteve presente o despacho do Presidente da Câmara de 10 de Novembro de 2009, que propôs a ratificação do seu despacho de 01 de Outubro de 2009, uma vez que o mesmo determinou o início do procedimento concursal para contratação por termo resolutivo certo, pelo período de um ano, de três assistentes técnicos, para desempenhar funções administrativas. -----

Acontece que tal procedimento foi aberto já na vigência do Decreto-Lei 209/2009 de 3 de Setembro, e tendo em conta o artigo 9º daquele diploma legal que, pese embora o disposto no n.º 2 do artº 68º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5A/2002 de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal decidir sobre a abertura de procedimento concursal. -----

Face ao exposto, propõe-se a ratificação do despacho de 01 de Outubro de 2009 do Presidente da Câmara Municipal, cuja cópia ficará arquivada em pasta anexa com documento n.º.2.-----

Depois de analisar a proposta, e por terem surgido dúvidas, por parte do senhor Vereador Joaquim Serra, relativamente à nulidade ou anulabilidade do despacho, foi pedido parecer jurídico à consultora jurídica da autarquia, que prontamente o enviou. -----



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

**Depois de analisado o referido parecer o senhor Presidente propôs a ratificação do seu despacho de 01 de Outubro de 2009.-----
Seguidamente colocou a proposta à votação tendo sido deliberado por unanimidade a sua aprovação.-----**

PONTO 2.4 – ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS:-----

Nos termos do disposto no n.º.2 do artigo 6º da Lei n.º.12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e para efeitos da alínea a) do n.º.2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º.209/2009, de 03 de Setembro, **o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou alguns postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados, compete ao Órgão executivo:-----**

- a) Considerando o Protocolo de Colaboração estabelecido entre o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P., o Município de Borba e a Autoridade Florestal, que concede apoio financeiro ao financiamento da equipa de sapedores florestais competindo ao Município a sua contratação, **deverá ser deliberado a abertura de procedimento concursal para cinco assistentes operacionais pelo período de 5 anos;-----**
- b) Considerando que foi apresentada ao INALENTEJO, no âmbito do projecto “Secretariado Técnico do PROVERE da Zona dos Mármore” uma pré-candidatura para criação daquele secretariado técnico e que a mesma já foi aprovada; considerando que aquela pré-candidatura prevê a contratação de um coordenador técnico; considerando que não existem no Município recursos humanos que possam assumir essa função, **deverá ser deliberado a abertura de procedimento concursal para um técnico superior (Sociologia) pelo período de 3 anos.-----**

**Depois de analisada e discutida a proposta o Senhor Presidente colocou-a à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

-----**



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

PONTO 2.5 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DAS FEIRAS DO MUNICÍPIO DE BORBA – REMESSA PARA APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DEPOIS DE DECORRIDO O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA-

Conforme informação da coordenação técnica do serviço de Taxas e Licenças, (que se arquiva em pasta anexa como documento n.º.3) durante o período de apreciação pública, não houve qualquer tipo de reclamação ou sugestão sobre a proposta de alteração ao Regulamento das Feiras do Município de Borba.-----

Assim, tendo em conta a alínea a) do n.º.6 do artigo 64º da Lei n.º.169/99, com a redacção dada pela Lei n.º.5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal propõe submeter a alteração ao referido Regulamento à aprovação da Assembleia Municipal, para posterior publicação no Boletim Municipal de autarquia nos termos do artº.118º do CPA.-----

O Senhor Presidente colocou a proposta foi colocada à votação tendo sido deliberado, por unanimidade, a sua aprovação.-----

PONTO 2.6 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou: -----

- ✓ Reunião da AMDE relacionada com o S.A.M.A. -----
 - ✓ Conselho de Administração da EDC Mármore-----
 - ✓ Reunião com a proprietária da Quinta do General no sentido de se iniciarem negociações com vista ao alargamento do Cemitério.-----
- Entregou ao restante executivo, para conhecimento, listagem com relação de processos de obras particulares, aprovados por despacho (durante o período de 30/10/09 a 13/11/09) ao abrigo da delegação de competências, que lhe foi conferida em 04 de Novembro de 2009. Ficará arquivada cópia da referida listagem em pasta anexa.-----
- -----



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

Relativamente às actividades inerentes aos seus pelouros, desde a última reunião, o senhor Vereador Artur Pombeiro, prestou as seguintes informações: -----

- ✓ Continuação dos trabalhos na envolvência das Piscinas; -----
- ✓ Construção de pontões na estrada da Alagoa; -----
- ✓ Limpeza de valetas e corte de pastos no acesso à variante;-----
- ✓ Continuação dos trabalhos no Polidesportivo da Orada; -----
- ✓ Desmontagem do equipamento da zona do Mercado; -----
- ✓ Desmontagem do equipamento da Festa da Vinha e do Vinho-----
- ✓ Continuação da reparação de habitações do Município, nomeadamente da zona da Tapada; -----
- ✓ Continuação de construção de pedra de calçada; -----
- ✓ Preparação da Estrada do Telheiro para pavimentação e abertura de vala para a montagem de conduta de água;-----
- ✓ Limpeza de valetas na Estrada 1042;-----
- ✓ Participação numa romaria ao Cemitério no Dia dos Combatentes das ex-colónias. -----

Informou ainda que na última reunião, não foram referenciadas pelo senhor Presidente algumas actividades no âmbito dos seus Pelouros que passa a referir:-----

- ✓ Preparação do espaço para a Festa da Vinha e do Vinho e organização da mesma -----
- ✓ Construção de pedra de calçada -----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Os últimos dias foram basicamente dedicados à Festa da Vinha e do Vinho. Aproveitou a oportunidade para transmitir ao senhor Vereador Joaquim Serra, que entregaria a relação despesa/receita da Festa da Vinha e do Vinho na próxima reunião, uma vez que ainda se estão a ultimar dados relativos ao último fim de semana da Festa-----

Antes de dar a reunião por encerrada o Senhor Presidente procedeu à leitura das deliberações aprovadas em minuta, que foram aprovadas por unanimidade e, ficarão arquivadas em pasta anexa.-----



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Senhor Presidente deu a reunião por encerrada, pelas treze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, composta por vinte e uma páginas, que por ele vai ser assinada e por mim Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Coordenadora Técnica, que a redigi.---

==